

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
GV-BUS - SETPES - 2014-2015
TRANSPORTES COLETIVO DE PASSAGEIROS MUNICIPAL E
INTERMUNICIPAL URBANO, SISTEMA SELETIVO, MÃO NA RODA E
PORTA PORTA E COMPLEMENTAR MUNICIPAL E
INTERMUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE
VITÓRIA - ES

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – SETPES, ENTIDADE SINDICAL PATRONAL DE PRIMEIRO GRAU, COM SEDE E FORO JURÍDICO NESTA CAPITAL, NA RUA CONSTANTE SODRÉ, Nº 265, EM SANTA LÚCIA, CNPJ-MF Nº 27.054.717/0001-72, DORAVANTE DENOMINADO SETPES, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SEU PRESIDENTE, SENHOR JERSON ANTONIO PICOLI, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESÁRIO E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE METROPOLITANO DA GRANDE VITÓRIA – GVBUS, ENTIDADE SINDICAL PATRONAL DE PRIMEIRO GRAU, COM SEDE E FORO JURÍDICO NESTA CAPITAL, NA RUA CONSTANTE SODRÉ, Nº 205, EM SANTA LÚCIA, CNPJ-MF Nº 08.179.496/0001-14, DORAVANTE DENOMINADO GVBUS, NESTE ATO REPRESENTADO PELA SUA PRESIDENTE, SENHORA SIMONE CHIEPPE MOURA, BRASILEIRA, CASADA, EMPRESÁRIA E, DO OUTRO LADO, O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIRODOVIÁRIOS, ENTIDADE SINDICAL PROFISSIONAL DE PRIMEIRO GRAU, COM SEDE E FORO JURÍDICO NESTA CAPITAL, NA AVENIDA VITÓRIA, Nº 2.021, BAIRRO NAZARETH, CNPJ-MF Nº 28.161.925/0001-33, DORAVANTE DENOMINADO SINDIRODOVIÁRIOS, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SEU REPRESENTANTE LEGAL, SENHOR CARLOS ROBERTO LOUZADA, BRASILEIRO, CASADO, MOTORISTA, NA FORMA PREVISTA NO ART. 7º, INCISO XXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTEs, QUE PASSAM A REGULAR AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO PERÍODO DE 1º DE NOVEMBRO DE 2014 A 31 DE OUTUBRO DE 2015, NO SISTEMA METROPOLITANO DE TRANSPORTES COLETIVO DE PASSAGEIROS URBANO, SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS URBANO, SISTEMA SELETIVO, SISTEMA MÃO NA RODA E PORTA A PORTA E SISTEMA COMPLEMENTAR MUNICIPAL E DA REGIÃO METROPOLITANA, COMPREENDENDO OS MUNICÍPIOS DE VITÓRIA, VILA VELHA, SERRA, CARIACICA E VIANA – ESPÍRITO SANTO:

CLÁUSULA 1ª - CORREÇÃO SALARIAL E SALÁRIOS

A partir de 1º de novembro de 2014, as empresas que operam o Sistema Metropolitano e Municipal de Transportes Coletivo de Passageiros Urbano,

Sistema Seletivo, Sistema Mão na Roda e Porta Porta e Sistema Complementar Municipal e Intermunicipal da Região Metropolitana compreendendo os Municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana-ES, concederão aos seus empregados correção salarial de 8% (oito por cento), incidente sobre os salários praticados em 31 de outubro de 2014.

CLÁUSULA 2ª - FISCAIS – SALÁRIO

Os fiscais perceberão salário correspondente a 70% (setenta por cento) do salário básico atribuído aos motoristas dos ônibus convencionais.

CLÁUSULA 3ª - CONDUTOR DE VEÍCULOS ARTICULADOS

Os motoristas condutores de ônibus denominados “articulados” receberão um adicional de 10% (dez por cento) sobre o salário/hora-base, para as horas em que efetivamente dirigirem os veículos articulados.

CLÁUSULA 4ª - CONDUTORES DE VEÍCULOS MICROÔNIBUS, SELETIVO E SIMILARES

Os motoristas condutores dos veículos microônibus, seletivos e similares receberão o mesmo salário básico atribuído ao motorista dos ônibus convencionais.

CLÁUSULA 5ª – ACUMULAÇÃO DE FUNÇÃO (MOTORISTA E COBRADOR)

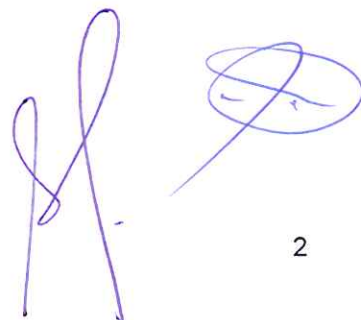
O motorista de micro-ônibus, micrão, seletivo e similares, porta-a-porta e mão na roda, que exercer cumulativamente a função de motorista e cobrador, receberá uma gratificação de 10 % sobre o salário básico de motorista de ônibus convencionais.

CLÁUSULA 6ª - CONDUTOR DE VEÍCULO PORTA-A-PORTA

Os motoristas condutores dos veículos denominados “PORTA A PORTA”, admitidos a partir da vigência desta Convenção, receberão salários correspondentes a 80% (oitenta por cento) do salário básico atribuído aos motoristas dos ônibus convencionais.

Parágrafo Primeiro – Os motoristas a que se refere o *caput* desta cláusula, serão promovidos a motoristas de ônibus convencional, respeitada a vacância do respectivo cargo no quadro da empresa.

Chapado



CLÁUSULA 7ª - CONDUTOR DE VEÍCULO MÃO NA RODA

Os motoristas condutores dos veículos denominados “MÃO NA RODA”, admitidos a partir da vigência desta Convenção, receberão salários correspondentes a 80% (oitenta por cento) do salário básico atribuído aos motoristas dos ônibus convencionais.

CLÁUSULA 8ª - VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO

Ficam as Empresas obrigadas a concederem a seus empregados vales alimentação/refeição no valor mensal de R\$ 578,50 (quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) a partir de 1º de novembro de 2014, correspondente ao máximo de 26 (vinte e seis) *tickets* no valor unitário de R\$ 22,25 (vinte e dois reais e vinte e cinco centavos) que não se incorporará aos salários, para toda e qualquer finalidade.

Parágrafo primeiro – Os tickets/vale alimentação/refeição são devidos também no período de férias e faltas justificadas e em caso de afastamento por acidente de trabalho.

Parágrafo Segundo – O benefício a que se refere o *caput*, em forma de tickets ou créditos em cartões, serão sempre fornecidos junto com o adiantamento salarial.

Parágrafo Terceiro – Os trabalhadores das empresas não terão direito ao recebimento dos *tickets* nas faltas não justificadas ou durante qualquer suspensão do contrato de trabalho, inclusive quando se tratar de benefício previdenciário comum e aposentadoria a qualquer título, inclusive por invalidez.

CLAUSULA 9ª - VALE TRANSPORTE

As empresas se obrigam a não efetuar qualquer desconto nos salários dos trabalhadores em razão do fornecimento do Vale Transporte, que não se incorporará aos salários, para toda e qualquer finalidade

Parágrafo Único – Tratando-se de distribuição de vales por bilhetagem eletrônica, não haverá cumulação de crédito, ou seja, apurar-se-á o crédito remanescente ao término de cada mês, deduzindo tal valor do montante a ser creditado mensalmente.

CLÁUSULA 10ª - PLANO DE SAÚDE

Os contratos celebrados com a(s) empresa(s) prestadora(s) de serviço de saúde, que poderá(ão) oferecer o serviço mediante consórcio ou não, tem seus custos compartilhados com os

empregados, arcando os empregadores com o valor único de R\$ 146,30 (cento e quarenta e seis reais e trinta centavos) para o plano familiar e de R\$ 73,15 (setenta e três reais e quinze centavos) para o plano individual.

Parágrafo Primeiro A complementação do custo do plano de saúde escolhido será de obrigação do empregado através de declaração de opção e autorização para o conseqüente desconto em seu contracheque.

Parágrafo Segundo – Será de responsabilidade do SINDIRODOVIÁRIOS a escolha da corretora do plano de saúde, bem como das empresas operadoras de plano saúde, não acarretando daí qualquer ônus para os empregadores.

Parágrafo Terceiro – O SINDIRODOVIÁRIOS, por si ou através da empresa corretora, apresentará às empresas empregadoras os nomes das operadoras de plano de saúde para opção por estas na contratação daquela que melhor atenda aos seus interesses e aos de seus empregados.

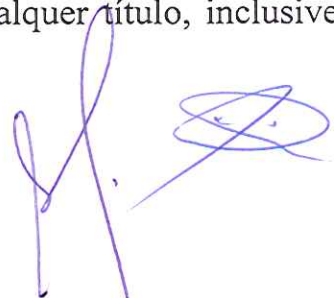
Parágrafo Quarto – Os contratos individuais ou o contrato padrão a serem celebrados pelas empresas e/ou GVBUS e o/ou SETPES com as operadoras do plano de saúde terão a interveniência obrigatória do SINDIRODOVIÁRIOS.

Parágrafo Quinto – Em caso de mudança das atuais operadoras do plano de saúde, o SINDIRODOVIÁRIOS assumirá todos os ônus decorrentes da rescisão ou do distrato dos contratos atualmente existentes, inclusive das multas inerentes a essa rescisão de qualquer natureza, seja ela extrajudicial ou judicial.

Parágrafo Sexto – As empresas de transportes, com interveniência do SINDIRODOVIÁRIOS, deverão rescindir os contratos de assistência médica caso as empresas operadoras do plano de saúde infrinjam qualquer cláusula estabelecida nos contratos vigentes, devendo, nesta hipótese, ser contratada outra operadora a ser indicada na forma estabelecida pelos parágrafos 2º a 4º desta cláusula.

Parágrafo Sétimo – Considera-se dependente do empregado aquele que, nesta qualidade, estiver inscrito na Previdência Social oficial, limitado ao cônjuge, companheiro havendo união estável na forma da lei, filhos e enteados ambos até 18 anos, se estudantes até 24 anos incompletos, os tutelados e os menores sob guarda, sendo que a responsabilidade pelo pagamento excedente da parcela prevista no caput é exclusiva do empregado.

Parágrafo Oitavo – As empresas manterão o pagamento do plano de saúde para os empregados que estejam recebendo benefícios do INSS, salvo na hipótese de desligamento definitivo do trabalho ou aposentadoria a qualquer título, inclusive por invalidez.



Parágrafo Nono – O pagamento de que trata o parágrafo anterior, refere-se a cota devida pela empresa, remanescendo a responsabilidade do empregado no adimplemento da sua parcela que, como não mais será descontada em seu contracheque, deverá ser paga impreterivelmente até o 5º dia útil de cada mês, na respectiva empresa empregadora, sob pena de perda do benefício.

Parágrafo Décimo – O empregado afastado, nos termos do parágrafo oitavo que deixar de pagar a sua parcela do plano de saúde por 03 (três) meses consecutivos perderá automaticamente o benefício.

Parágrafo Décimo Primeiro – O empregado poderá optar por plano de saúde diferenciado, oferecido pela empresa de saúde contratada, visando um melhor atendimento próprio e/ou familiar, assumindo, em tal hipótese, integralmente, a responsabilidade pelo pagamento do valor da contribuição que vier a ultrapassar os limites estabelecidos no *caput* desta cláusula que, em hipótese alguma, será repassado para a empresa empregadora.

Parágrafo Décimo Segundo – Os valores decorrentes das contribuições dos empregados serão descontados da folha de pagamento e não serão considerados em nenhuma hipótese, e para nenhum efeito, como remuneração, não podendo ser objeto de postulação indenizatória, seja a que título for.

Parágrafo Décimo Terceiro – O empregado poderá optar pela sua não participação no plano de saúde, caso em que não lhe será feito o desconto previsto no parágrafo anterior, ficando a empresa desobrigada, também, de efetuar, em relação a ele, as contribuições para o custeio correspondente.

Parágrafo Décimo Quarto – A adesão ao plano de saúde aqui ajustado é facultada ao empregado, que poderá em qualquer época, manifestar-se por sua exclusão, se assim o desejar, caso em que não lhe será feito o desconto respectivo, ficando a empresa desobrigada, também, de efetuar, em relação a ele, a contribuição respectiva.

Parágrafo Décimo Quinto – Fica também facultado ao empregado a opção de filiar-se à modalidade diferente de plano de saúde, visando o melhor atendimento próprio e/ou familiar, assumindo, assim integralmente, o valor da contribuição que vier a ultrapassar os limites estabelecidos no *caput* desta cláusula.

Parágrafo Décimo Sexto – Fica limitado a, no máximo 04 (quatro), o número de empresas a serem credenciadas para serem contratadas para oferecimento do plano de saúde aos empregados.

CLÁUSULA 11ª - PAGAMENTO E ADIANTAMENTO DE SALÁRIO

As Empresas efetivarão o pagamento de salários aos seus empregados até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido e, no dia 20 (vinte) ou no 1º dia útil

imediatamente anterior, o pagamento do adiantamento salarial correspondente a 40% (quarenta por cento) do salário.

CLÁUSULA 12ª - JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO

Os motoristas, cobradores, fiscais e despachantes terão a jornada de trabalho escalonada, prevalecendo o rodízio, com o horário de 7h20min por dia de trabalho, totalizando a jornada em 44 horas semanais, observando-se a legislação, sendo considerado como início e término da jornada o horário registrado no “Boletim de Serviço Externo – BSE”.

Parágrafo Primeiro – Aos demais empregados aplica-se a jornada de trabalho de 44 horas semanais, permitindo-se a compensação semanal de horas.

Parágrafo Segundo – Aos motoristas, cobradores, fiscais e despachantes fica assegurado o intervalo de, no mínimo, 1h (uma hora) e, no máximo, 1h20min (uma hora e vinte minutos), para descanso e alimentação, que não será caracterizado, em hipótese alguma, como tempo à disposição da empresa, mesmo se gozado nas proximidades ou no interior do veículo, não havendo, em consequência, o reconhecimento de horas extras ou incidência de qualquer outro tipo de remuneração.

Parágrafo Terceiro – Excetua-se do disposto no parágrafo segundo, os demais empregados, em que se aplicará o intervalo de refeição de 01 (uma) hora ao máximo de 02 (duas) horas.

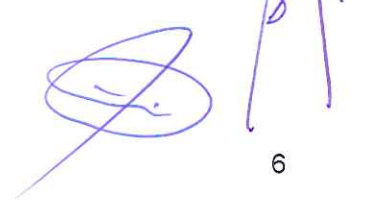
Parágrafo Quarto – Na hipótese do intervalo de descanso e alimentação ultrapassar 1:20h (uma hora e vinte minutos), o tempo excedente será computado na jornada efetivamente trabalhada.

Parágrafo Quinto – Não será permitida folga não programada. As empresas poderão adotar escalas de revezamento de folga, nas seguintes modalidades:

- I - 6 (seis) dias trabalhados, com 01 (um) dia de descanso;
- II - 5 (cinco) dias trabalhados, com 01 (um) dia de descanso.

Parágrafos Sexto – Poderão as empresas adotar a escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso para os auxiliares de tráfego, vistoriadores de veículos, porteiros, vigias, seguranças e outros setores administrativos.

Parágrafo Sétimo – As escalas de trabalho, realizadas nos veículos que operam os serviços noturnos das linhas 567, 568, 622, 628, 634, 735, 774, 775, 776, 777, 835, 836, 837, 838, 841, e 927, denominados serviço bacural, se encerram ao final da realização da última viagem programada.



Parágrafo Oitavo – As Empresas definirão os locais e horários em que ocorrerão as trocas de turno, não sendo permitida a permuta entre empregados sem o necessário cumprimento da jornada de trabalho.

Parágrafo Nono – Fica garantido ao empregado descanso de, no mínimo, 11 (onze) horas consecutivas entre uma jornada e outra de trabalho, na forma da lei.

Parágrafo Décimo – O intervalo de descanso e alimentação aos sábados, domingos e feriados não poderá ultrapassar 1:00h (uma hora), o tempo excedente será computado na jornada efetivamente trabalhada.

CLÁUSULA 13ª - HORAS EXTRAS

As duas primeiras horas extras trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 75% (setenta e cinco por cento) em relação à hora normal e as demais horas com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal.

CLÁUSULA 14ª - ADICIONAL NOTURNO

As empresas pagarão aos seus empregados adicional noturno na base de 50% (cinquenta por cento) das horas trabalhadas compreendidas entre as 22h00min e às 05h00min.

CLÁUSULA 15ª - CONCESSÃO DE FÉRIAS

A menos que o empregado queira converter um terço do período de suas férias em abono pecuniário, as empresas concederão aos seus empregados 30 (trinta) dias de férias anuais admitido o desconto em razão das faltas injustificadas, não sendo possível fracioná-las a seu critério, devendo afixar escala no quadro de aviso com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo único – Caso o empregado queira converter um terço do período de suas férias em abono pecuniário, deverá protocolar requerimento neste sentido.

CLÁUSULA 16ª - SEGURANÇA DOS VEÍCULOS

Nos terminais e nos pontos finais, os motoristas e cobradores, quando em horário de descanso e alimentação, não serão responsáveis pela segurança e integridade dos veículos, devendo, entretanto, antes de se afastarem para o cumprimento do intervalo, o cobrador depositar os valores do caixa no cofre, e o motorista desligar e fechar o ônibus. Após esse procedimento, registrarão o horário no BSE, e estarão livres para gozarem de seus intervalos.

Parágrafo Primeiro – O motorista é responsável pela segurança e integridade do veículo e dos passageiros durante o período em que estiver em serviço, cabendo-lhe comunicar em prazo razoável às empresas os incidentes e/ou acidentes ocorridos, bem como adotar providências imediatas para a preservação do patrimônio e zelar pela segurança dos passageiros e de terceiros, em conformidade com instruções e regulamentos das empresas.

Parágrafo Segundo – Em casos de dano ocasionado por culpa e dolo do empregado, este será responsável pelo prejuízo causado ao patrimônio do empregador, independentemente das sanções trabalhistas e penais. A pena decorrente dessa responsabilização só será aplicada após o amplo direito de defesa.

Parágrafo Terceiro – Os cobradores ficam obrigados a depositar no cofre os valores recebidos, permanecendo em sua guarda somente o valor equivalente a 20 (vinte) passagens para efeito de troco. As empresas darão publicidade e colocarão avisos nos coletivos a respeito desta sistemática de trabalho.

Parágrafo Quarto – Em caso de furto ou roubo, o condutor e o cobrador, imediatamente comunicarão o fato à autoridade policial e ao seu superior hierárquico, presumindo-se, até prova em contrário, a isenção de responsabilidade civil, penal ou trabalhista.

CLÁUSULA 17ª - CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

As empresas se comprometem em promover descontos consignados na folha de pagamento dos seus empregados dos valores referentes aos pagamentos de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituição financeira em razão de convênio firmado com SINDIRODOVIÁRIOS, desde que tais descontos sejam autorizados pelo empregado na forma do artigo 545 da CLT e Súmula 342/TST, observadas as normas e procedimentos instituídos pela Lei nº 10.820, de 17.12.2003.

Parágrafo Primeiro – A instituição financeira conveniada, enviará à empresa empregadora a relação dos empregados que pretendem tomar empréstimos consignados em folha de pagamento a fim de avaliar quanto a capacidade de comprometimento e possibilidade de efetuar descontos em seus vencimentos, facultando-se a empresa negar a consignação na hipótese do empregado não suportar o desconto respectivo.

Parágrafo Segundo – Uma vez celebrado o convênio e, desde que cumpridas as exigências impostas pela Lei nº 10.820, de 17.12.2003, assim como o disposto no artigo 545 da CLT e na Súmula 342 do TST e no parágrafo anterior, as empresas não poderão se opor aos lançamentos em folha de pagamento dos descontos consignados a elas encaminhados, nem recusar o fornecimento da sua documentação, destinada ao cadastramento da empresa junto à Instituição Financeira conveniada com o SINDIRODOVIÁRIOS.

Almeida



CLÁUSULA 18ª - QUADRO DE AVISOS

Será permitida a afixação de quadro de avisos destinado à comunicação de assuntos de interesse da categoria profissional, em local visível e de fácil acesso aos empregados, vedada a divulgação de matéria político-partidária, ou ofensiva a quem quer que seja. O material a ser afixado deverá ser enviado às empresas pela entidade sindical, permitindo-se àquelas recusarem-se a fixar os avisos, informando ao Sindicato no prazo de 10 (dez) dias as razões que motivaram tal recusa.

Parágrafo Único – Eventuais prejuízos que a divulgação e as comunicações venham a ocasionar a terceiros são de inteira responsabilidade do Sindicato autor dos textos, eximindo-se as empresas de quaisquer obrigações deles decorrentes.

CLÁUSULA 19ª - UNIFORMES

As empresas fornecerão semestralmente aos motoristas, cobradores e fiscais, sem qualquer ônus, duas camisas e duas calças, sendo que o empregado deverá devolver o uniforme usado que lhe fora consignado, para que lhe seja fornecido o novo conjunto.

Parágrafo Primeiro – Em caso de desligamento do empregado por demissão ou aposentadoria, este deverá devolver os uniformes que se encontrarem em seu poder.

CLÁUSULA 20ª - ATESTADOS MÉDICOS

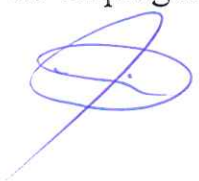
As empresas aceitarão os atestados médicos emitidos pelo INSS/SUS e seus conveniados, bem como aqueles emitidos pela empresa prestadora de serviços médicos-hospitalares e seus conveniados, contratados pelo Plano de Saúde.

Parágrafo Primeiro – Os atestados médicos deverão constar o número de dias abonados com o carimbo e assinatura do médico responsável.

Parágrafo Segundo – O empregado deverá comunicar à empresa, por telefone ou por qualquer outro meio válido, no primeiro dia útil após a emissão do atestado, a autorização médica para afastamento, ficando obrigado a proceder a entrega desse atestado no prazo máximo de 72 horas após a sua emissão. O descumprimento de qualquer um dos prazos acima importará na perda dos dias faltosos.

Parágrafo Terceiro – As empresas que possuírem médico, poderão utilizar como crivo de aceitação dos atestados apresentados, a anuência deste profissional, sendo que se este não concordar com o atestado apresentado, deverá motivar a negativa através de laudo médico próprio, devendo, nesta hipótese, fornecer ao empregado

Almeida



cópia do referido laudo e do atestado recusado e a falta tornar-se-á automaticamente injustificada.

CLÁUSULA 21ª - ABONO DE FALTAS ESTUDANTIS

O empregado devidamente matriculado em curso regular ou supletivo poderá afastar-se do trabalho para realização de prova ou exames vestibulares, mediante prévia comunicação e posterior comprovação, devendo compensar a falta no curso da semana.

CLÁUSULA 22ª - AUXÍLIO FUNERAL

As empresas concederão a título de auxílio funeral, a quem de direito e comprovada a relação de dependência em caso de falecimento por morte natural ou acidental o equivalente ao último salário mensal concedido.

CLÁUSULA 23ª - RESCISÃO ANALFABETO

As rescisões contratuais de analfabeto deverão ser efetuadas no Sindicato dos empregados, independentemente de tempo de serviço.

CLÁUSULA 24ª - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

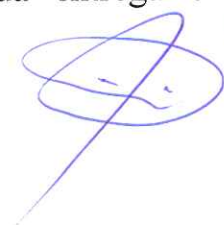
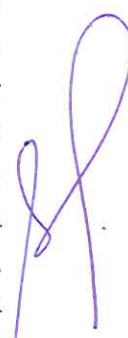
As empresas se obrigam a contratar e/ou manter, em favor de cada um dos empregados um seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, assumindo exclusivamente a obrigação de pagamento do custo, per capita mensal, de R\$ 8,79 (oito reais e setenta e nove centavos), para cobertura de Morte Natural, Morte Acidental, Invalidez Total ou Permanente por Acidente e Auxílio Funeral.

Parágrafo Primeiro – O seguro de vida em grupo destinado à cobertura dos riscos pessoais inerentes à categoria de motorista deverá ser no valor correspondente a 10 (dez) vezes o respectivo salário do motorista, para os casos de morte ou invalidez.

Parágrafo Segundo – A cobertura do seguro de vida contratado para os demais empregados corresponderá a, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do valor definido para o empregado motorista.

Parágrafo Terceiro – Além dos benefícios acima, a seguradora escolhida pelo SINDIRODOVIÁRIOS terá que garantir e conceder uma cesta básica no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) a cada 30 dias, ao empregado que permanecer afastado por motivo de doença ou acidente por um período superior a 31 (trinta e um) dias, limitado ao máximo de 180 (cento e oitenta) dias, cessando o fornecimento logo que o empregado retornar ao seu trabalho. A referida Cesta Básica será fornecida exclusivamente pela seguradora ou quem ela indicar, cabendo ao SINDIRODOVIÁRIOS estabelecer a forma de sua entrega ou distribuição.

Maurício



Parágrafo Quarto – Será de responsabilidade do SINDIRODOVIÁRIOS a escolha da seguradora e da empresa corretora de seguro, assim como o estabelecimento junto a seguradora do fornecimento da cesta básica prevista no parágrafo primeiro desta cláusula 23ª. A não aceitação por parte da seguradora da obrigação de fornecimento da cesta básica não impõe às empresas empregadoras a obrigação de seu fornecimento, não acarretando daí qualquer ônus para os empregadores.

Parágrafo Quinto – O SINDIRODOVIÁRIOS assumirá todos os ônus decorrentes de rescisão ou distrato dos contratos atualmente existentes, inclusive de multas neles previstas para tais eventos.

Parágrafo Sexto – Os contratos a serem celebrados pelas empresas com as seguradoras terão a interveniência do SINDIRODOVIÁRIOS, salvo a contratação prevista no parágrafo oitavo.

Parágrafo Sétimo – As empresas manterão o pagamento do seguro para os empregados que estejam recebendo o auxílio do INSS, pelo período máximo de 12 (doze meses), salvo na hipótese de desligamento definitivo do trabalho ou aposentadoria, a qualquer título, inclusive por invalidez.

Parágrafo Oitavo – As empresas empregadoras poderão contratar seguro de vida de seguradora diversa da indicada pelo SINDIRODOVIÁRIOS, caso a seguradora indicada não submeta previamente o contrato e a apólice de seguro para análise e contratação formal pelas empresas, no prazo máximo de 60 dias contados da assinatura desta convenção coletiva.

Parágrafo Nono – Quando a contratação do seguro de vida em grupo for realizada de acordo com o parágrafo oitavo é de responsabilidade das empresas darem ciência aos empregados, do contrato seguro firmado com a seguradora contratada, bem como fornecer a cada trabalhador cópia da apólice de seguro de vida, quando solicitada.

Parágrafo Décimo – Quando a contratação do seguro de vida em grupo for formalizada com a empresa seguradora indicada pelo SINDIRODOVIÁRIOS, caberá à corretora de seguro também indicada pelo referido sindicato a obrigação de encaminhar para as empresas empregadoras as correspondentes apólices de seguro e suas movimentações.

CLÁUSULA 25ª - LIVRE ACESSO AOS DIRIGENTES SINDICAIS

As Empresas permitirão o livre acesso dos diretores credenciados pelo Diretor Presidente do SINDIRODOVIÁRIOS, em conformidade com agenda contendo datas e horários das visitas, que deverão ser encaminhadas à apreciação da direção das Empresas no prazo mínimo de 72 horas.

CLÁUSULA 26ª - CIPA - FORMAÇÃO – ELEIÇÃO

As empresas convocarão as eleições para a CIPA, com 30 (trinta) dias de antecedência da realização das eleições, dando publicidade do ato através de Edital, enviando cópia deste ao SINDIRODOVIÁRIOS no prazo de 24 horas após a publicação ou afixação do Edital.

Parágrafo único – A empresa emitirá recibo aos candidatos às eleições da CIPA no ato de sua inscrição, atestando sua condição de concorrente.

CLÁUSULA 27ª - MULTAS DE TRÂNSITO

Em caso de multa de trânsito de responsabilidade dos condutores, as empresas devem remeter ao SINDIRODOVIÁRIOS, tão logo receba a notificação da infração, cópia da documentação do veículo acompanhado da referida notificação para a propositura de recursos, quando for o caso. Caso a empresa não envie a notificação e documentação necessária, com antecedência mínima de 10 (dez) dias para interposição do recurso, assumirá a responsabilidade pelo pagamento do valor correspondente e a pontuação indicada.

Parágrafo Primeiro – No caso de multa de trânsito o empregador poderá descontar da remuneração do empregado infrator o valor correspondente, desde que esgotado os prazos para recurso ou após decisão final desfavorável da JARI.

Parágrafo Segundo – Havendo recurso para o ÓRGÃO AUTUADOR (CETRAM – DETRAM – DER, E DEMAIS ORGÃO AUTUADORES) e resultado favorável ao condutor, este terá direito ao ressarcimento do valor descontado em seu salário, corrigido nos mesmos percentuais aplicados pelo poder responsável pela autuação, tão logo o empregador receba a restituição.

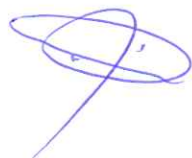
Parágrafo Terceiro – O SINDIRODOVIÁRIOS comunicará a empresa o sucesso ou insucesso do recurso, no prazo de 10 (dez) dias após a decisão final.

CLÁUSULA 28ª - ESTABILIDADE

As empresas garantirão o emprego durante os 12 (doze) meses antecedentes à data da aquisição do direito à aposentadoria integral ao empregado desde que tenha no mínimo 03 (três) anos de carteira assinada na empresa, salvo se o empregado tiver sido advertido, suspenso ou sofrido outra penalidade disciplinar, ou tiver praticado ato caracterizado como justa causa, nos termos do Artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho. A estabilidade extingue-se com o alcance do tempo necessário à aposentadoria.

Parágrafo único - A garantia de emprego de que trata a presente cláusula será observada a partir do recebimento, pela empresa, de comunicação do empregado,

Marcos



por escrito, sem efeito retroativo, com no mínimo 90 dias de antecedência, comprovando reunir ele as condições previstas na Lei Previdenciária.

CLÁUSULA 29ª - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas ficam obrigadas a efetuar desconto dos empregados associados ao SINDIRODOVIÁRIOS, mediante autorização expressa, dos valores ou percentuais que forem fixados a título de mensalidade sindical.

Parágrafo Primeiro – As Empresas se comprometem a repassarem as importâncias relativas aos descontos da mensalidade sindical até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao mês vencido.

Parágrafo Segundo – As autorizações dos empregados serão encaminhadas pelo SINDIRODOVIÁRIOS à empresa empregadora para que esta possa promover o desconto previsto nesta Cláusula.

CLÁUSULA 30ª - DOS TREINAMENTOS

As empresas, dentro dos respectivos Programas de Treinamento, oferecerão aos seus empregados, cursos de aperfeiçoamento profissional durante a jornada de trabalho.

Parágrafo Primeiro – Não estão incluídos no programas de treinamento e nos cursos de aperfeiçoamento profissional definidos no *caput*, o curso especializado para os condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros e sua respectiva atualização, cuja qualificação é de exclusiva responsabilidade do motorista como condição para a sua habilitação e o consequente exercício da profissão; nos termos do artigo 145 inciso IV da Lei 9.503/97.

Parágrafo Segundo – As Empresas e o SINDIRODOVIÁRIOS poderão ajustar acordo específico para fins do disposto no *caput* desta cláusula.

CLÁUSULA 31ª - TRANSPORTE APÓS A JORNADA

As empresas se comprometem a fornecer condução a seus empregados, após o encerramento da jornada de trabalho, a partir da 00:00 (zero hora), mesmo na ocorrência de regular transporte coletivo de passageiros, não sendo tal percurso considerado como hora *in itinere*.

CLÁUSULA 32ª - RECEBIMENTO DO PIS

As empresas se comprometem a liberar o empregado 01 (um) dia durante o ano, mediante escala compatível com a necessidade dos serviços para o recebimento do PIS, salvo se o recebimento ocorrer no próprio contra-cheque do trabalhador.

CLÁUSULA 33ª - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS

As Empresas se comprometem a fornecer ao Sindicato, até o dia 10 de março de cada ano a relação nominal de todos os seus empregados, separando os associados dos não associados ao sindicato.

CLÁUSULA 34ª - COBRADORES – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos cobradores observará o procedimento que será definido por Comissão formada pelos Sindicatos convenientes e constará de ata específica que integrará a presente Convenção Coletiva para todos os fins de direito.

Parágrafo único - A prestação de contas no caput deste artigo deverá ser realizada de acordo com o termo de ajuste de conduta imposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL ES.

CLÁUSULA 35ª - DO JOVEM APRENDIZ

Não estão abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho os jovens admitidos nas empresas empregadoras como aprendizes.

CLÁUSULA 36ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Fica acordado que o reajuste dos salários é retroativo a 01/11/2014 e será pago junto com o adiantamento salarial da categoria em 20 de dezembro de 2014 e o reajuste do ticket/vale alimentação/refeição, também retroativo a 01/11/2014, será pago no dia 26 de dezembro de 2014.

Parágrafo Primeiro. O disposto no *caput* da cláusula 10ª decorre de acórdão normativo proferido nos autos do dissídio coletivo nº 0000434-05.2014.5.17.0000 gerando seus efeitos a partir da publicação do respectivo acórdão em 19/12/2014.

Parágrafo Segundo. Acordam as partes que eventual redução de salários e benefícios resultante do transito em julgado de acórdão proferido em sede de Recurso Ordinário junto ao TST no Dissídio Coletivo de Greve nº 0000434-05.2014.5.17.0000 não será aplicado pelos sindicatos patronais (GVBUS e SETPES), ficando neste ponto mantida a decisão proferida pelo TRT 17ª Região.

CLAUSULA 37ª - DATA BASE

Fica mantida a data de 1º de novembro como data base da categoria dos trabalhadores abrangidos por esta convenção.

CLÁUSULA 38ª - DA VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência no período de 1º (primeiro) de novembro de 2014 a 31 (trinta e um) de outubro de 2015.

Vitória (ES), 22 de dezembro de 2014.



JERSON ANTONIO PICOLI

**Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte
de Passageiros do Estado do Espírito Santo – SETPES**



SIMONE CHIEPPE MOURA

**Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte
Metropolitano da Grande Vitória - GVBUS**



CARLOS ROBERTO LOUZADA

**Sindicato dos Trabalhadores em Transportes
Rodoviários do Estado do Espírito Santo – SINDIRODOVIÁRIOS**